

Eixo 8

Sujeitos da Educação: A História do Ensino Profissional de Jovens Pobres e Marginalizadas em Belo Horizonte, MG, na recém-capital mineira (1909-1927)

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro
José Carlos Souza Araujo
Elizabeth Farias da Silva

No Brasil, a instrução escolar feminina teve forte vínculo com as relações de trabalho, de jovens, o que seguiu a tendência de países ocidentais no século XIX. A fábrica se apresentava como um lugar abominável de dominação e de aniquilamento da criatividade da classe operária subjugada às imposições dos patrões. O objeto dessa comunicação é compreender as especificidades da implantação do ensino profissional para jovens trabalhadoras pobres em Belo Horizonte, MG, entre 1909 e 1927. O ensino profissional dirigido aos pobres e desafortunados é estruturado a partir do Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, que estabelecia o ensino profissional gratuito em 20 escolas de aprendizes em diferentes estados da federação. Para as jovens pobres da recém-capital mineira, desde 1897, essa medida possibilitou a criação da Escola Profissional Feminina fundada em 1913 por Benjamin Flores. A partir de 1919, o Estado reconheceu a legitimidade de tal instituição pela Lei 761, a qual concede registro de diploma, além de subsídios. As fontes primárias são uma constante por vários anos sequenciais, de 1919 até o findar da escola, nos anos de 1960. O objetivo da escola era tornar as moças, na luta pela vida, úteis a si e à pátria. Registros impressos são abundantes, sobretudo no jornal *Minas Geraes*. Apoiou-se a presente investigação em fontes primárias diversificadas: discussões, embates, consensos e discursos parlamentares ocorridos na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e no Congresso Nacional, nas Mensagens dos Presidentes da República e dos Presidentes do referido Estado, na legislação educacional, em anuários de ensino estaduais, em relatórios dos prefeitos da capital mineira, bem como em jornais publicados na referida capital. Tais fontes foram analisadas à luz do referencial teórico-metodológico e dialético que buscou articular os contextos local, estadual e nacional, todavia movendo-se na direção da inter-relação entre ensino profissional, exclusão, pobreza, juventude e marginalidade, mas entrelaçados à sua dinâmica em Belo Horizonte, MG, entre os anos de 1909 e 1927. Tais documentos expressam discursos de ordem variada, mas não escondem as relações dialéticas entre a prática social e a estrutura social, o que torna esta condição e efeito da primeira. Conclui-se que a nova capital surge num espaço onde as pessoas pobres estavam associadas à vadiagem, e eram consideradas como poluição ambiental ao ar fresco da modernidade da nova capital. A Escola Profissional Feminina surge nesse contexto como oportunidade para oferecer às moças pobres um preparo para ser não só donas do lar, mas, sobretudo, ajudar no orçamento familiar. Era a chance de se qualificarem para trabalhar no lar como professoras particulares, datilógrafas em escritórios, telégrafas nos correios e até como artesãs de peças artísticas, dentre elas esculturas e quadros vendáveis. Daí vieram os sustentos financeiros e a inserção da mulher na esfera pública, que foi um aprendizado histórico que decorreu de várias lutas no âmbito do debate público fundamental para o processo emancipatório ao longo do século XX.

Palavras-chave: Juventude e Marginalização; Pobreza; Escola Profissional Feminina.